

NORMAS DO CONCURSO

CRIAÇÃO DE MONTRAS VERDES

Guimarães 26 - Capital Verde Europeia

Artigo 1.º

Objeto

1. O presente Regulamento estabelece as normas de participação do Concurso de Criação de Montras Verdes promovido no âmbito da celebração da Guimarães 26 - Capital Verde Europeia, que terá lugar em Guimarães.
2. O concurso visa incentivar a criatividade e o envolvimento dos comerciantes locais, promover a identidade territorial e reforçar os princípios da sustentabilidade ambiental, através da elaboração de montras alusivas à distinção de Capital Verde Europeia.

Artigo 2.º

Destinatários

1. Podem participar no concurso todos os estabelecimentos comerciais localizados no concelho de Guimarães, independentemente da sua natureza ou ramo de atividade.
2. A participação é gratuita.

Artigo 3.º

Tema

1. As montras apresentadas a concurso devem ser alusivas à celebração da Guimarães 26 - Capital Verde Europeia.
2. A decoração da montra deve evidenciar a ligação à cidade de Guimarães e aos valores associados à sustentabilidade ambiental.
3. Considerando o carácter sustentável da iniciativa, é obrigatório a utilização de materiais reutilizados, recicláveis ou de reduzido impacto ambiental na decoração da montra.
4. A montra deve estar em exibição pelo menos entre 8 e 16 de janeiro de 2026.

5. De forma a aumentar a visibilidade e mobilização da comunidade, incentivando à visita do espaço comercial, sugere-se a divulgação da(s) imagens pelos concorrentes usando o #guimaraes26.

Artigo 4.º

Condições de Participação

1. Cada estabelecimento concorrente deve envolver a sua equipa na conceção e montagem da montra, promovendo o espírito coletivo e participativo.
2. Para formalização da candidatura, cada estabelecimento deve remeter:
 - a) Entre duas (2) a três (3) fotografias da montra decorada, assegurando-se a adequada visibilidade dos elementos criativos utilizados e da composição geral da montra;
 - b) Uma (1) fotografia da equipa do estabelecimento (se aplicável);
 - c) Um texto descritivo contendo o conceito da montra, a ligação à Capital Verde Europeia e a identificação dos materiais utilizados. (Máximo meia página A4 ou 2000 caracteres)
3. A candidatura deve ser submetida por **correio eletrónico para geral@guimaraes2026.pt até às 00h do dia 8 de janeiro.**

Artigo 5.º

Calendarização

1. A data-limite para receção das candidaturas - 00h00 do dia 8 de janeiro.
2. Os **três** estabelecimentos **finalistas** serão anunciados nas redes sociais no dia **12 de janeiro**.
3. Os membros do júri procederão à realização de **visitas presenciais aos estabelecimentos** finalistas até ao dia 15 janeiro.
4. O anúncio público do estabelecimento **vencedor** terá lugar no dia **16 de janeiro**.

Artigo 6.º

Júri

1. O júri do concurso será constituído pela Direção Executiva da Guimarães 26 – Capital Verde Europeia.

2. O júri poderá solicitar informações adicionais aos participantes, sempre que tal se revele necessário para a adequada avaliação das candidaturas.
3. As decisões do júri são soberanas e não suscetíveis de recurso.

Artigo 7.º

Critérios de Avaliação

1. A avaliação das montras será efetuada com base nos seguintes critérios:
 - a) Criatividade e originalidade da montra(30%);
 - b) Sustentabilidade e natureza dos materiais utilizados, privilegiando a reutilização e a reciclabilidade (30%);
 - c) Adequação temática, nomeadamente a ligação a Guimarães e à Capital Verde Europeia (40%).

Artigo 8.º

Prémios

1. Serão atribuídos prémios aos três finalistas do concurso com os seguintes valores:
 - 1º Prémio – 500 euros
 - 2º Prémio – 250 euros
 - 3º Prémio – 100 euros

Artigo 9.º

Direitos de Imagem e Divulgação

1. A participação no concurso implica a autorização da utilização das fotografias e conteúdos enviados, bem como de outros materiais fotográficos, vídeo e áudio que se venham a produzir, exclusivamente para fins de divulgação institucional da iniciativa, em diferentes meios de comunicação utilizados pela organização.

Artigo 10.º

Disposições Finais

1. A participação no concurso pressupõe a aceitação integral das presentes normas.
2. Os casos omissos serão apreciados e decididos pelo júri ou pela entidade promotora, consoante a natureza da questão.